



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 156, 14 de junho de 2013.

EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Procurador-Geral de Justiça

ZENAIDE SOUTO MARTINS

Vice-Procurador-Geral de Justiça

BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS

Corregedora-Geral de Justiça

THAÍS FREIRE DA COSTA FLORES

Chefe de Gabinete do MPDFT

LIBANIO ALVES RODRIGUES

Diretor-Geral do MPDFT



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 55/2013

Processo nº 08190.058524/13-91. Objeto: Pregão Eletrônico – Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para eventual aquisição de materiais de manutenção predial. Total de itens licitados: 0026. Edital: 14/6/2013 de 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Ed. Sede do MPDFT, Sala 628, Brasília/DF. Entrega das Propostas: a partir de 14/6/2013 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/6/2013 às 14h site www.comprasnet.gov.br.

Ana Luisa Cardoso Zardim – Pregoeira MPDFT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2013

Processo nº 08190.060272/13-32. Objeto: Pregão Eletrônico – Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para eventual aquisição de camisetas gola pólo. Total de itens licitados: 0004. Edital: 17/6/2013 de 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Ed. Sede do MPDFT, Sala 628, Brasília/DF. Entrega das Propostas: a partir de 17/6/2013 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/6/2013 às 14h site www.comprasnet.gov.br.

Ana Luisa Cardoso Zardim – Pregoeira MPDFT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2013

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo nº 08190.059942/13-96. Objeto: Pregão Eletrônico – Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de adaptação do sistema de ar condicionado, compreendendo realocação de caixas VAV's, execução de rede de dutos, fornecimento e instalação de aparelho de ar condicionado tipo split, modelo built-in, de redes elétricas e frigorígenas e recomposições civis na Promotoria de Justiça de Santa Maria.

Ana Luisa Cardoso Zardim – Pregoeira do MPDFT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 38 / 2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, no procedimento administrativo de contratação dos artistas César Menotti e Fabiano para a realização de show por ocasião do aniversário de Planaltina do ano de 2007, que teve despesa de R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais) da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal os autos originais do procedimento administrativo nº 150.001012/2007.

Brasília, 03 de junho de 2013.

Maria Lúcia Moraes
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 039/2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, no procedimento administrativo de contratação de artistas/grupos musicais para a realização de shows por ocasião do “Concurso Miss Taguatinga”, nos dias 4 e 5 de novembro de 2010, que teve despesa de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) da Administração Regional de Taguatinga.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Administração Regional de Taguatinga os autos originais do procedimento administrativo nº 132.002.693/2010.

Brasília, 03 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 040 / 2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, em decorrência da celebração de convênio entre a Secretaria de Cultura do Distrito Federal e o IBI – Instituto Brasileiro de Integração – Cultura, Turismo e Cidadania para realização da “Festa dos Padroeiros São Jorge e Santo Expedito”, entre os dias 19 e 23 de abril de 2012.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Secretaria de Cultura do Distrito Federal os autos originais do procedimento administrativo nº 150.001.090/2012.

Brasília, 06 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 041/2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, em decorrência da celebração de vários contratos, com o valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para aquisição de livros paradidáticos e literários por ocasião da 1ª Bienal Brasil do Livro e Literatura, promovida pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal no ano de 2012.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Secretaria de Cultura do Distrito Federal os autos originais dos procedimentos administrativos nº 150.001.148/2012.

Brasília, 06 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 042/2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, em decorrência da contratação de artistas/grupos musicais para apresentação no evento “1º de maio de Sobradinho – 53º Aniversário de Sobradinho”.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Secretaria de Cultura do Distrito Federal os autos originais dos procedimentos administrativos nº 150.001.154/2013, nº 150.001.155/2013, nº 150.001.156/2013, nº 150.001.157/2013 e nº 150.001.158/2013.

Brasília, 06 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 043 / 2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, em decorrência da celebração de convênio entre a Secretaria de Cultura do Distrito Federal e a Studio Festi do Brasil Produtora de Eventos Ltda. para realização do projeto “Abraço de Luz – Anjos sobre Brasília”, no fim do ano de 2012 e no começo do ano de 2013.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Secretaria de Cultura do Distrito Federal os autos originais do procedimento administrativo nº 150.002.551/2012.

Brasília, 10 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 044/2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, em decorrência da celebração de convênio entre a Secretaria de Cultura do Distrito Federal e a ALA – Associação Latino Americana para realização do projeto “Cem anos de Nelson Rodrigues apresenta: Dorotéia”, entre os dias 30 de novembro de 2012 e 30 de janeiro de 2013.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Secretaria de Cultura do Distrito Federal os autos originais do procedimento administrativo nº 150.002.613/2012.

Brasília, 10 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 045/2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, em decorrência da contratação do músico Dominginhos e da dupla de cantores Fernando e Sorocaba para shows na Esplanada dos Ministérios no dia 31 de dezembro de 2012, como parte da programação das “Festividades de Final de Ano Reveillon 2013” promovidas pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Secretaria de Cultura do Distrito Federal os autos originais dos procedimentos administrativos nº 150.003.475/2012 e nº 150.003.468/2012.

Brasília, 10 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social

PORTARIA nº 046 / 2013

O **Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, por meio da Promotora de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social (PRODEP) que ora subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e em observância à Resolução nº 66, de 2005, com as alterações da Resolução nº 133, de 2012, do CSMPDFT, resolve

instaurar **Inquérito Civil Público (ICP)** para apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário ou o patrimônio público, bem como os seus responsáveis, em decorrência da contratação de artistas/grupos musicais para comemoração do “8º Aniversário do Itapoã”, no ano de 2013.

Para tanto, determina-se que:

1. Registre-se, autue-se e comunique-se;
2. Requisite-se à Administração Regional do Itapoã os autos originais do procedimento administrativo nº 308.000.054/2013.

Brasília, 06 de junho de 2013.

Maria Lúcia Morais
Promotora de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 942, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 232/PGJ, de 28/02/2013, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010,

RESOLVE:

Designar a servidora **ANGELINA PEREIRA DE OLIVEIRA**, matrícula 4012-6, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe do Setor de Aprovação de Licitações e Contratos da Consultoria Jurídica da Diretoria-Geral, código FC-03.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 943, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 232/PGJ, de 28/2/2013, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 6/9/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/9/2010,

RESOLVE:

Retificar a [Portaria/DGR nº 929, de 7 de junho de 2013](#), da seguinte forma:

Onde se lê: “Designar a servidora **IVANA BARRETO VIEIRA**, matrícula 4084-3, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe do Setor de Controle de Acompanhamento de Medidas Alternativas da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília II, código FC-03...”

Leia-se: “Designar a servidora **IVANA BARRETO VIEIRA**, matrícula 4084-3, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe do Setor de Controle de Acompanhamento de Medidas Alternativas da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-03...”

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 944, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 232/PGJ, de 28/02/2013, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010,

RESOLVE:

Designar a servidora **NÍVIA TELES DE ARAÚJO**, matrícula 3917-9, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe da Secretaria Administrativa do Departamento de Apoio Administrativo, código FC-02.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 39/2013**

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora: RCTEC Engenharia e Consultoria Ltda. - ME, com valor global de 369.372,50.

Ana Luisa Cardoso Zardim – Pregoeira MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 40/2013**

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora: Tech Corp Indústria de Tecnologia Corporativa Ltda., com valor unitário de R\$2.100,00.

Ana Luisa Cardoso Zardim – Pregoeira MPDFT

Sumário

Capa.....	p. 1
Secretaria-Geral.....	p. 2
Aviso de Licitação 552013.....	p. 2
Aviso de Licitação 572013.....	p. 3
Aviso de Revogação 432013.....	p. 4
Portaria 382013.....	p. 5
Portaria 392013.....	p. 6
Portaria 402013.....	p. 7
Portaria 412013.....	p. 8
Portaria 422013.....	p. 9
Portaria 432013.....	p. 10
Portaria 442013.....	p. 11
Portaria 452013.....	p. 12
Portaria 462013.....	p. 13
Portaria 942/13.....	p. 14
Portaria 943/13.....	p. 15
Portaria 944/13.....	p. 16
Resultado de Julgamento de Licitação 392013.....	p. 17
Resultado de Julgamento de Licitação 402013.....	p. 18
Sumário.....	p. 19